



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR – 0046.17.038896-4

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 26 dias do mês de abril de 2017, às 19h15min, nas dependências da Escola Municipal Professor Herley Mehl, em Curitiba, localizada na Rua Saturnino Arruda dos Santos, nº 80, Pilarzinho, tiveram início os trabalhos de Audiência Pública, nos autos de P. A. nº MPPR – 0046.17.038896-4, sob a presidência da Promotora de Justiça, Dra. Swami Mougnot Bonfim. **PARTICIPANTES:** Assinalou-se a presença da comunidade local e dos órgãos públicos, conforme lista em anexo. A Presidente declarou aberta a Audiência Pública agradecendo a presença da comunidade e dos representantes dos órgãos públicos, ressaltando que o Ministério Público oferece um canal de participação para a comunidade, bem como oportuniza a comunicação direta com os órgãos públicos e privados. Que a comunidade unida alcança mais objetivos. Destacou que a Constituição Federal nos traz muitos direitos e que precisamos buscar meios para atingi-los. Fez agradecimentos ao Vice-Diretor da Escola, pelo espaço cedido e toda organização para a Audiência Pública, à Administradora Regional, Janaína Lopes Gehr, que preocupada com as questões da região, indicou o Pilarzinho para realização das Audiências. Agradeceu os representantes dos demais órgãos. Passou a palavra à Administradora que fez os agradecimentos e também destacou o trabalho da Promotoria das Comunidades na grande região do Bairro Alto. Passou à palavra aos representantes da comunidade, primeiramente ao Sr. Paulo Padua Silva, que informou que atua mais na área do Bom Retiro. Na sequência, o Sr. Jairo se apresentou, da Associação de Amigos da Ópera ~~que~~ reclamou sobre a quantidade de vendedores ambulantes que aparecem nos eventos realizados na Ópera de Arame, de cidades de fora, “tirando a oportunidade dos vendedores da região”. Ainda se apresentou o Sr. “Feijão”, da Associação dos Moradores da URBS, bem como o Sr. Claudino, do CONSEG Pilarzinho, que apresentou o trabalho do Conseg, tendo como principal atuação a área de segurança. Destacou que o trabalho não é apenas a presença de policias nas ruas, mas que os cuidados



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR – 0046.17.038896-4

devem ser também com a iluminação pública, roçadas, lombadas; destacou o programa que já funciona entre os moradores “vizinhança solidária”. A Presidente, retomando a palavra, ressaltou aos presentes que o Ministério Público é um órgão independente do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Ainda, sobre a atuação do Ministério Público nas ações penais e da ampliação da sua atribuição a partir da Constituição de 1988. O Sr. Jairo relatou que a população não conhece o Ministério Público em termos de localização correta dos órgãos e acerca das atribuições, pois “para” tudo precisam de advogados. A Promotora de Justiça fez uma breve explanação sobre as atribuições do MP, com destaque para os trabalhos realizados pela Promotoria das Comunidades, que atua com foco na solução extrajudicial das demandas, tanto nas demandas de caráter coletivo, individuais indisponíveis, e até em demandas individuais, exemplificando os encaminhamentos na área de família. O Sr. Jairo questionou sobre uma situação específica, do fechamento das ruas no entorno da Ópera de Arame, para realização de eventos, sobre “quem tem a ^{última} palavra”. A Presidente falou que, provavelmente se trata de um caso complexo, que envolve conflito de interesses – cidadãos do entorno versus conjunto de munícipes. E que, quando há grandes conflitos, nem sempre todos saem satisfeitos, mas que isso não significa que os termos não possam ser revistos.* Houve manifestação da sra. Sueli (CRAS Pilarzinho), que informou que nesse caso, os eventos limitam o direito de ir e vir dos moradores e a ação do comércio. O Sr. Jairo, retomando a palavra disse que “o contrato da empresa diz que o horário é até 23horas e não é cumprido, pois os eventos ultrapassam o horário”. A Administradora Regional pediu a palavra e informou que tomou conhecimento que o contrato é fiscalizado pela Fundação Cultural de Curitiba – FCC, e que será agendada reunião com a empresa DC7 (concessionária), a Associação de Moradores e a FCC. A Presidente solicitou que a data nos seja informada para que, podendo, a Promotoria esteja presente. O Sr. Paulo falou de uma lei municipal – de preservação e conservação das ruas, que não está sendo observada pela nova gestão; que não tem mais atendimento em

Audiência Pública – Região Pilarzinho, Boa Vista - ocorrida em 26-05-2017

2

* no seguinte sentido: em caso de inobservância das cláusulas estabelecidas.

[Assinatura]

[Assinatura]



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR – 0046.17.038896-4

ruas particulares e que nas áreas centrais há empresas que realizam a manutenção. O Sr. Osni, servidor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, informou que a lei municipal define que, em trajetos de ônibus e ruas principais de grande fluxo e centrais.* A sra. Dulce, chefe do Núcleo de Urbanismo esclareceu que o terreno particular e áreas de passeio (calçadas), são de responsabilidade dos proprietários. A Administradora explicou que há uma convenção para que nas principais ruas haja manutenção pela Prefeitura – SMMA, mas que nas vias secundárias, é necessário que os proprietários façam a manutenção e que não há recurso público para atender essa demanda do particular. A Presidente indicou ao Sr. Paulo que ele faça as reclamações – denúncias, sobre a existência de terrenos abandonados por meio do 156, pois elas são encaminhadas para os setores responsáveis que verificam e notificam os proprietários. Reforçou à Administração sobre a importância da tomada de providências nos casos indicados. O Sr. Eduardo, da Associação Moradores Jd. Primavera, falou sobre um anseio antigo da comunidade na instalação de módulo policial ou da guarda municipal. Pergunta como poderia fazer a solicitação da base policial. Falou também sobre a falta de iluminação pública e roçada nos parques e praças. O Sr. Rogério, morador, informou que reside na região há 12 anos, que participa do Conseg, que falta pavimentação para pedestres; citou a praça Arnaldo Antônio Subor, na Rua José Ribeiro de Cristo, que a roçada é feita apenas de forma parcial, deixando os moradores suscetíveis a assaltos, e diversas formas de violência. Citou, ainda, que uma revitalização na Rua José Ribeiro de Cristo, em que há duas linhas de ônibus, seria importante. A Presidente lembrou aos presentes que na transição de gestões é comum que haja redução de ações. A Administradora se comprometeu a verificar as questões apresentadas pelo morador. A Sra. Danielle Ferreira reclamou que o antigo clube Golfinho, imóvel particular, está desativado há anos, que tem gerado “acúmulo de lixo, presença de usuários de drogas e ladrões”. Que o imóvel fica próximo ao CMEI Ada Pires (continuação da Rua Odilon Santana Gomes esquina com São Salvador). A Sra. Telma Maria Nardes informa que o terreno é grande e



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR – 0046.17.038896-4

que têm piscinas. O Sr. Lázaro, coordenador de assessoria comunitária, informou que o Clube Golfinho realmente é área particular. A Representante do Urbanismo pede à moradora para que refaça a denúncia, indicando o telefone 3313-5706. O Sr. Oscar, também morador da região, citou diversos casos de assaltos e violência, relacionadas à falta de policiamento, mas critica as abordagens dos policiais. A Presidente questiona ao Sr. Claudino, do Conseg, se a polícia participa das reuniões do Conseg. O Sr. Claudino orientou que a abordagem da PM tem intenção de ser próxima da população, e ainda, que a população anote as placas das viaturas se houver abuso de autoridade. Convida o Sr. Oscar a participar das reuniões do Conseg e de projetos para o local. Deixou o telefone para que os interessados em participar do grupo do Whatsap façam contato (99601 4102) e se comprometeu a verificar as questões de segurança elencadas pelo morador. O Sr. Tiago retomou a questão da limpeza dos terrenos, informando que ao lado oposto de sua casa, há terreno pertencente à Vila Militar que precisa de manutenção. A Administradora informou que o Estado já foi acionado para verificar quem é o responsável pela limpeza do referido local. A Sra. Aparecida Viana, da Associação de Moradores Vila Galia e Militar relatou que a Creche conveniada com a PMC, Espaço Verde, cobra R\$280,00 pela mensalidade, e que as famílias não conseguem pagar. A chefe do Núcleo de Educação, Sra. Michele, explica que o CEI conveniado é apenas subsidiado, e não é da Prefeitura. Dra. Swami questiona se este CEI está cobrando valor adequado, e conforme contrato. A Sra. Michele se comprometeu a verificar a situação. A moradora, Sra. Ketlin, falou que perdeu uma vaga para filha porque não tinha R\$100,00 para garantir a vaga. A Sra. Michele diz que não podem cobrar pelo “cadastro” ou para “segurar vaga”. A Sra. Michele informou que o Setor de Educação Infantil será consultado para a questão apresentada relativamente à legalidade da cobrança de taxa e do valor da mensalidade. A Sra. Ketlin falou que a diretora se chama Tereza. A Presidente retomou a palavra e informou aos moradores que poderá tentar auxiliar no encaminhamento da demanda para implantação de módulo policial. A Sra. Michele

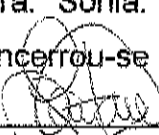


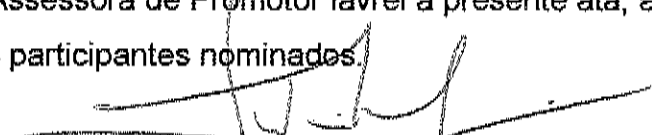
MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR – 0046.17.038896-4

falou sobre a obra do CMEI Vila Nori, informando que foi fechado porque apresentava risco iminente de desabamento. Informou também que a construtora que havia iniciado a obra não chegou a fazer nem a fundação. Ressaltou que a demanda em Curitiba é muito maior que o número de vagas disponíveis. A Presidente recebeu, do Sr. João de Oliveira do Grupo de Atividades Físicas Amigos do Pilarzinho, da Paróquia São Marcos, abaixo-assinado (reivindicação asfáltica-sinalização), que será encaminhado mediante ofício à Regional Boa Vista. A Sra. Sônia Briche, Associação Maria Ervino, apresentou uma questão de falta de iluminação e água numa parte da Rua Miguel Spodarick e Idalina Carvalho Lima. A Administradora se comprometeu a fazer uma visita ao local, com a presença da Sra. Sônia. A Presidente fez os agradecimentos finais. A presente audiência encerrou-se às 21h30min. Eu, Vanessa Milene de Santana,  Assessora de Promotor lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.


Swami Mougnot Bonfim
Promotora de Justiça


Administração Regional do Boa Vista